

AS CIDADES DO AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA AGRÍCOLA MODERNA BRASILEIRA

Samuel Frederico

Professor do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas – UNESP, Campus de Rio Claro. Avenida 24-A nº 1515, Bela Vista, CEP: 13506-900, Rio Claro-SP. E-mail: sfrederico@rc.unesp.br

Resumo:

A difusão da agricultura moderna em áreas de cerrado tem provocado uma nova organização de parte do território brasileiro, pautada, dentre outras características, pelo surgimento de cidades funcionais ao campo moderno. As cidades tornaram-se o lócus da realização da produção agrícola moderna, pois atendem às demandas do consumo produtivo e respondem pela regulação da produção. Este artigo se propõe a analisar as principais características das “cidades do agronegócio” na fronteira agrícola moderna: as novas relações campo-cidade, a dinâmica populacional e do mercado de trabalho e o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais.

Palavras-chave: cidades do agronegócio; fronteira agrícola moderna; relação cidade-campo.

The cities of the agribusiness in the Brazilian agricultural frontier

Abstract:

The diffusion of modern agricultural practices in the cerrado region has provoked the sprouting of cities that are mostly turned and functional to the modern field. The cities had become the center of the fulfillment of the modern agricultural production. This article analyzes the so-called “cities of the agribusiness” in the modern agricultural frontier: the new relations field-city, the population dynamics and the partner-space inequalities.

Keywords: cities of the agribusiness; modern agricultural frontier; relation city-field.

Introdução

A expansão da fronteira agrícola moderna é um evento emblemático da dispersão do meio técnico, científico e informacional (Santos 1996a; 1997) em parte do território brasileiro. Denomina-se fronteira agrícola moderna as áreas ocupadas, a partir da década de 1970, por monoculturas intensivas em capital e tecnologia, em substituição à vegetação original (principalmente de Cerrado), a culturas tradicionais (praticadas por camponeses e/ou agricultores familiares) e as áreas de pastagens extensivas.

Motivada por fatores econômicos e geopolíticos, a expansão da fronteira agrícola moderna ocorreu principalmente em direção às áreas de Cerrado, também conhecidas como “polígono dos solos ácidos” ou “planaltos tropicais interiorizados”, que corresponde, segundo Ab’Saber (2003, p. 117), a um dos “grandes polígonos irregulares que formam o mosaico paisagísticos brasileiro”. Com uma área superior a 1,2 milhão de km², equivalente à ¼ da extensão territorial brasileira, o Cerrado possui condições topográficas (planalto, com grandes áreas planas e solos profundos) e climáticas (duas estações do ano bem definidas, uma chuvosa e outra seca, e intensa luminosidade) favoráveis à agricultura moderna.

Se o meio técnico científico informacional se estende de forma praticamente contínua nos estados do Sul e Sudeste, ele aparece como manchas ou pontos no restante do território (SANTOS & SILVEIRA, 2001). Entretanto, se por um lado, sua extensão não é contínua, por outro, sua difusão ocorre de maneira acelerada, devido à escassez de heranças territoriais e à maior “concretude”, isto é, a maior especialização funcional dos novos objetos e ações (SANTOS, 1996b, p.42).

Nas regiões onde o meio técnico científico informacional se faz presente, tanto as ações quanto os objetos possuem um grande conteúdo em ciência e informação, o que conduz, segundo Santos (1996b, p.54), à proliferação de serviços com múltiplas especializações. A concentração de serviços, para atender ao nexos produtivo do campo, é o principal fator responsável pela urbanização da fronteira agrícola moderna, pois é nas

cidades que ocorre o consumo dos serviços e o tratamento e retransmissão das informações oriundas de diversas partes do globo.

A cidade tornou-se o centro da realização da produção agrícola moderna. Nela articulam-se, de acordo com Santos (1996b, p.54), as formas de consumo produtivo e consumptivo (familiar). Para o autor, a primeira está vinculada ao consumo de todos os tipos de serviços e bens materiais como consultorias (técnicas, jurídicas e financeiras), mão-de-obra com ou sem especialização, insumos, pesquisas científicas, transporte e comunicação. A segunda complementa a primeira, e relaciona-se às demandas da população. A população urbana, composta por estratos de renda diferenciados, demanda serviços e bens de consumo diversos.

Nas cidades, a quantidade e a qualidade dos consumos produtivos e consumptivos associado ao poder de interconexão com os demais centros, é que vai redefinir a nova hierarquia urbana na fronteira agrícola moderna (SANTOS & SILVEIRA, 2001; FREDERICO, 2010). Algumas cidades tornam-se novos centros enquanto outras perdem a posição exercida em períodos anteriores. Essa remodelação é acompanhada de uma maior especialização dos núcleos urbanos, aprofundando a divisão territorial do trabalho e acarretando na necessidade da criação de mais fluxos. Cria-se, assim, de acordo com Santos (1996b, p.44), um círculo “vicioso” entre especialização do território e aumento da circulação. Esse fenômeno promove uma maior inter-relação entre o local e o global, devido à necessidade de intensificação dos fluxos materiais e imateriais, conectando centros locais e regionais diretamente às metrópoles nacionais e mundiais.

A especialização dos núcleos urbanos, provocada pelas demandas do campo moderno, transformou a antiga relação campo-cidade, baseada na regulação local e nos nexos de complementaridade. Na nova fase, a cidade tornou-se o lócus principal da produção, pois é nesta que se concentram os principais serviços, produtos e agentes (trabalhadores agrícolas, produtores, consultores, empresas, bancos) necessários à produção. Segundo Elias (2007, p.116), os elementos estruturantes desta nova relação são encontrados “na expansão do trabalho agropecuário que promove o êxodo rural (migração

ascendente) e a migração descendente de profissionais especializados no agronegócio e na difusão do consumo produtivo agrícola”. Este fato, segundo a autora, “evidencia que é na cidade que se realizam a regulação, a gestão e a normatização das transformações verificadas nos pontos luminosos do espaço agrícola”.

Quanto maior a especialização produtiva do campo e seu respectivo conteúdo em ciência e informação, maior será a urbanização e a inter-relação entre o campo e a cidade. Os núcleos urbanos surgidos ou adaptados à demanda do campo moderno são denominados, por Elias (2007, p.120), de “cidades do agronegócio”. Estas, segundo a autora, são aquelas “cujas funções de atendimento às demandas do agronegócio globalizado são hegemônicas sobre as demais funções”.

Segundo Elias (2007), para analisarmos o fenômeno das cidades funcionais ao campo moderno, deve-se levar em consideração três eixos de temas e processos: o primeiro refere-se às novas relações cidade-campo, pautadas, sobretudo, na funcionalidade dos núcleos urbanos às demandas do campo moderno; o segundo consiste na identificação do mercado de trabalho agropecuário e na dinâmica populacional; e o terceiro eixo considera o aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais inerentes à modernização excludente do campo e das cidades. Os eventos representativos dos três eixos se inter-relacionam e são ao mesmo tempo causa e consequência. Mas, numa tentativa de qualificar e de demonstrar a existência do fenômeno das “cidades do agronegócio” na fronteira agrícola moderna, subdividimos o artigo segundo os três eixos propostos.

Modernização da agricultura e as novas relações campo-cidade

Como já mencionado, a modernização das atividades agrícolas tem exigido uma refuncionalização das cidades. A organização territorial urbana tornou-se funcional ao campo moderno, devido à instalação de fixos (armazéns, escritórios exportadores, bancos, aeroportos, terminais de transporte, sistemas de energia e comunicação), necessários à viabilização dos fluxos inerentes aos circuitos espaciais produtivos e aos círculos de

cooperação agrícolas (SANTOS, 1986; CASTILLO E FREDERICO, 2010). Para Bernardes (2010, p.20-21), “a criação das redes de produção agropecuárias globalizadas explica em parte as novas relações campo/cidade, a organização de sistemas urbanos mais complexos e as inter-relações cada vez mais intensas entre as cidades”.

A emergência de novos sistemas produtivos agrícolas, pautados, sobretudo, na biotecnologia, na microeletrônica e nas tecnologias da informação (MAZZALI, 2000), associada à mundialização dos circuitos espaciais produtivos, isto é, ao maior distanciamento entre as diferentes etapas da produção (produção em si, distribuição, troca e consumo), impôs transformações quantitativas e qualitativas nos fluxos entre o campo e a cidade e destas com o mundo.

Dentre os serviços ofertados pelas cidades ao campo moderno destacam-se: a revenda de insumos químicos, mecânicos e biológicos; a prestação de consultorias agrônômicas, logística, financeira e de mercado; o beneficiamento e processamento agroindustrial dos grãos; o armazenamento e transporte de insumos e produtos agrícolas; o fornecimento do crédito de investimento e custeio (via bancos e empresas privadas); e a comercialização dos grãos (via corretores e *tradings*).

Dentre os serviços supracitados, aqueles relacionados aos fluxos financeiros estão entre os mais importantes por anteceder e serem fundamentais à produção. A grande densidade tecnológica da agricultura moderna e a significativa parcela da produção destinada à exportação exigem a aquisição de vultosos créditos para investimento, custeio e comercialização, por parte dos produtores e empresas privadas.

Além dos créditos tradicionais ofertados pelo Estado, por meio dos bancos públicos, existe também o financiamento feito pelos bancos privados, cooperativas de crédito e empresas privadas.

O valor do financiamento agrícola sofreu uma queda na primeira metade da década de 1990, mas passou a apresentar uma constante de crescimento entre 1997 e 2006. O financiamento público, realizado, sobretudo pelo Banco do Brasil, continua a ser o mais expressivo, apesar de na última

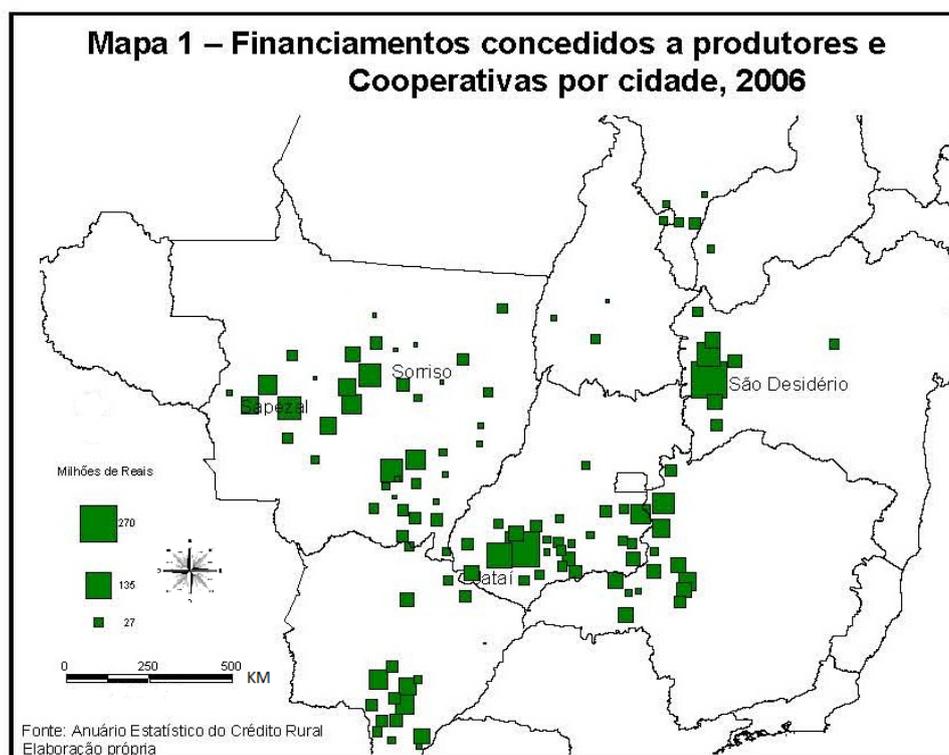
década o financiamento privado ter aumentado significativamente. No ano de 1999, o financiamento público federal representava 64% do total, com cerca de R\$ 5,8 bilhões em empréstimos, enquanto os bancos privados representavam 30%, com um valor aproximado de R\$ 2,7 bilhões, restando às cooperativas de crédito rural apenas 4% na participação total. No ano de 2006, a participação do financiamento público federal caiu para 49% do total em detrimento do aumento da participação dos bancos privados que foi de 43%, com um valor de 13,5 bilhões, crescimento de 400%, com relação a 1999. O valor do crédito disponibilizado pelas cooperativas de crédito também teve um crescimento significativo de 430%, no mesmo período, passando a deter 6% do valor total financiado para a agricultura (Banco Central do Brasil).

A grande diferença entre o financiamento público e privado é o valor médio dos empréstimos. As instituições públicas realizam um número maior de contratos, com valor médio de pouco mais de R\$ 12 mil, enquanto os bancos privados são mais seletivos e atendem, principalmente, aos grandes produtores, com um valor médio de R\$ 56 mil (Banco Central do Brasil).

Dentre os bancos, o Banco do Brasil é o que possui o maior número de agências, sendo praticamente onipresente em todo o território nacional, com agências em 5.198 cidades. Já os bancos privados são mais seletivos, estando presentes apenas nos municípios mais rentáveis. Dentre as instituições privadas fornecedoras de crédito rural, o Banco Bradesco é o que possui o maior número de cidades assistidas, estando presente em 2.940 municípios, seguido pelos bancos Itaú (2.382), ABN AMRO Real (1.638), HSBC Brasil (1.595), CNH Capital (1.473), Unibanco (1.253) e Santander Banespa (1.184). Observa-se a expressiva participação de bancos internacionais como o ABN AMRO Bank, o HSBC, o Santander e o CNH Capital. Este último merece destaque por ser o único, entre os maiores bancos, especializado apenas em financiamento agrícola. A multinacional New Holland (fabricante de máquinas agrícolas) é a proprietária do CNH Capital e também da empresa Case, líder de repasses de recursos dos programas do governo federal para a aquisição de máquinas agrícolas.

As cidades do agronegócio concentram um grande número de agências bancárias o que demonstra a possibilidade da realização do nexo financeiro da produção. O número e a especificidade dos bancos existentes em cada município também servem para induzir à centralidade exercida pela cidade na sua região. Ao se tornar uma “praça financeira” regional, as cidades passam a atrair uma grande quantidade de fluxos de pessoas e capitais, passando a ter um papel de destaque na regulação da produção regional. Este é o caso de cidades como Rondonópolis (MT), Rio Verde (GO), Dourados (MS), Unaí (MG) e Sinop (MT), que possuem um número significativo de agências bancárias.

A presença dos sistemas técnicos bancários permite aos produtores e cooperativas obterem financiamentos para investimento, custeio e comercialização da produção. O montante de crédito concedido possui uma relação direta com o volume de grãos produzidos, com o valor da produção e com os investimentos realizados por cada município. O mapa 1 mostra as cidades que receberam a maior quantidade de financiamento na fronteira agrícola moderna.



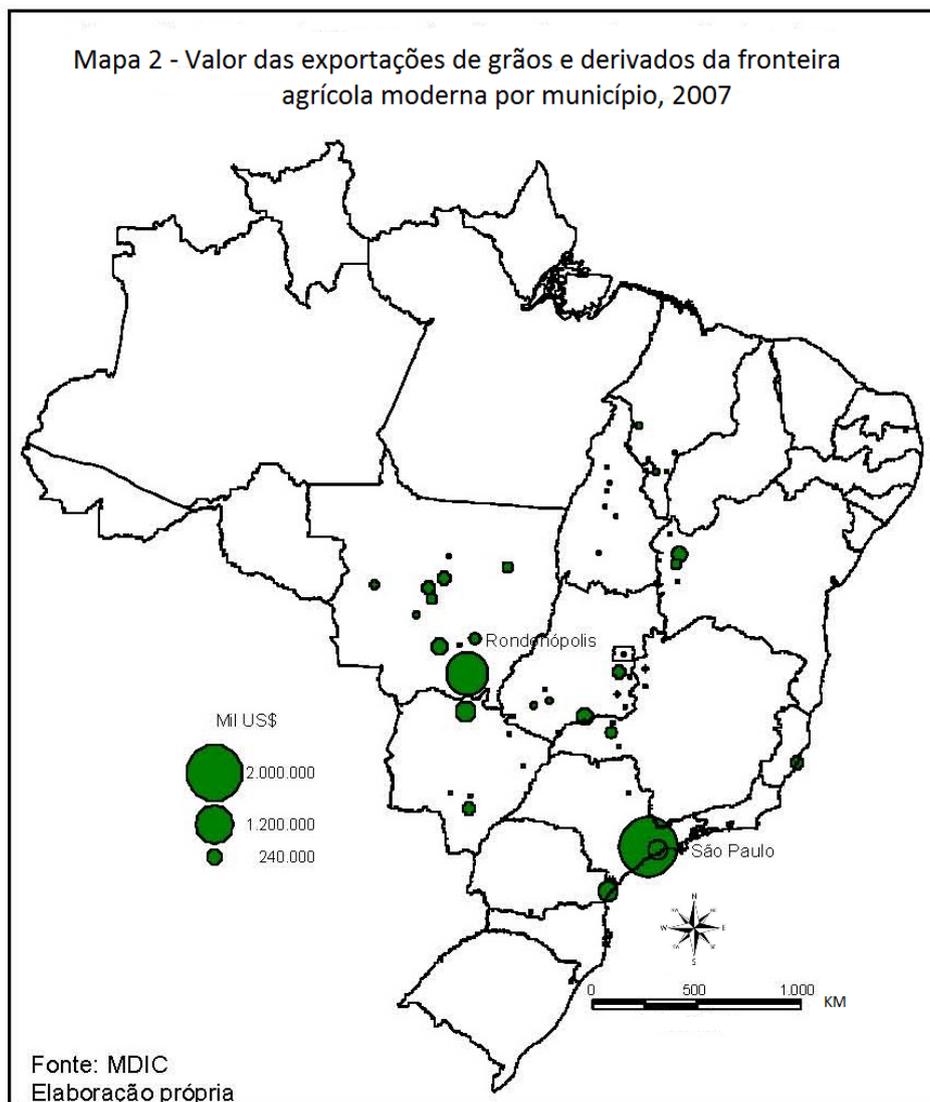
O grande destaque é a pequena cidade de São Desidério (BA), que contraiu, em 2006, por meio de seus produtores e cooperativas, pouco mais de R\$ 260 milhões em empréstimos públicos e privados. A grande quantidade de capital contraída se deve em parte aos investimentos realizados para aquisição de bens de capital, diferentemente das demais cidades que contraíram, em sua maioria, crédito para custeio e comercialização da produção. Outras cidades do oeste baiano também merecem destaque com relação à aquisição de crédito como Barreiras e Formosa do Rio Preto, que ficaram na quarta e quinta colocação entre as cidades da fronteira agrícola moderna.

Associado ao financiamento, outro evento imprescindível para identificarmos a centralidade e a funcionalidade das cidades do agronegócio é a presença dos escritórios comerciais (exportadores) das grandes empresas (*tradings*). Por meio desse sistema técnico, conseguimos identificar quais cidades são as responsáveis pelo maior valor das exportações de grãos e derivados. Quanto maior o valor das exportações, maior será a centralidade exercida por determinado núcleo urbano na rede existente entre as cidades. As exportações permitem identificar os municípios que, além de movimentarem suas próprias produções, também possuem a capacidade de colocar em movimento a produção das localidades vizinhas, de outras regiões e, em algumas ocasiões, de todo o território nacional.

A presença de escritórios exportadores nas cidades do agronegócio tem uma função estratégica, porque é por meio destes que é realizada a compra e venda dos grãos e derivados, além do fornecimento de empréstimos aos produtores e importação dos insumos. Os escritórios são pontos de uma rede mundial que interliga desde as cidades do agronegócio, dispersas pela fronteira agrícola moderna, passando pelos principais portos exportadores e centros financeiros do país, até a bolsa de valores de Chicago (CBOT) e os países importadores de *commodities* agrícolas.

O mapa 2 revela a concentração, em poucos municípios, do valor das exportações de grãos e derivados produzidos na fronteira agrícola moderna. O dado mais interessante é a proeminência da cidade de São Paulo

como a maior exportadora de grãos e derivados do país. As exportações de grãos equivalem a 32% do total do valor das exportações feitas pela capital paulista, sendo que a soja é o principal produto exportado, com 27% do total (MDIC, 2007).



Os dados corroboram com a afirmação feita por Santos e Silveira (2001) de que haveria, no território brasileiro, espaços produtores de fluxos e espaços produtores de massa. O município de São Paulo, mesmo sem produzir um grão de soja, é o maior exportador brasileiro desta oleaginosa, demonstrando o seu poder em produzir fluxos. Esta capacidade decorre da

presença de escritórios das principais empresas exportadoras de *commodities* agrícolas do mundo, como Cargill, Bunge, Louis Dreyfus, Multigrain e Agrenco.

A presença destas empresas torna a cidade de São Paulo onipresente em toda a fronteira agrícola, produzindo e comandando parte dos fluxos financeiros, informacionais e de mercadorias. Isso não quer dizer que São Paulo comande todo o processo do agronegócio (altamente dominado e incentivado pelos Governos Estaduais, pelas multinacionais e pelos produtores individuais), mas que possui uma atuação significativa numa etapa importante da produção que é a exportação dos grãos.

Dentre as cidades produtoras de grãos na fronteira agrícola, Rondonópolis (MT) se destaca nas exportações de grãos e derivados. No ano de 2007, a cidade exportou um valor superior a um bilhão de dólares entre grãos e derivados. Rondonópolis conta com pouco mais de 30 escritórios exportadores, sendo que apenas três deles - pertencentes às empresas Bunge, ADM e Amaggi -, foram responsáveis por mais da metade do valor exportado. A maior parte do valor das exportações vem da venda dos resíduos da extração do óleo de soja, devido à presença no município de duas grandes esmagadoras das empresas Bunge e ADM.

A segunda maior cidade do agronegócio em valor exportado foi o pequeno município de Luis Eduardo Magalhães, no oeste da Bahia, com um valor superior a US\$ 200 milhões. O município possuía, em 2007, cerca de 30 escritórios exportadores, com destaque para o escritório da empresa Bunge, que exportou mais de US\$ 100 milhões. O grande valor exportado se deve, entre outros fatores, à presença da esmagadora de soja da empresa Bunge, que compra e exporta parcela significativa da produção regional.

Merece destaque também, as regiões do sul do Maranhão e centro-norte de Mato Grosso. Na primeira, o total do valor exportado é repartido quase que exclusivamente entre as cidades de Balsas (MA) e Porto Franco (MA), enquanto na segunda, este é compartilhado pelos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. A cidade de Balsas (MA), com nove escritórios exportadores, pertencentes às *tradings* Multigrain, Bunge e ADM, é responsável por mais de 50% do valor exportado pela região (cerca de US\$ 70

milhões - 2007). Os demais municípios, como Tasso Fragoso (MA), Sambaíba (MA) e Riachão (MA), possuem de um a três escritórios exportadores, pertencentes às *tradings* Bunge e ABC-Inco e a uma empresa regional, a Ceagro. Na região centro-norte de Mato Grosso as cidades de Sorriso e Lucas do Rio Verde concentram o maior valor exportado com cerca de US\$ 140 milhões cada, seguidas de perto por Nova Mutum (MT), que no ano de 2007, exportou US\$ 100 milhões entre grãos e derivados (MDIC). Os grandes valores negociados demonstram a possibilidade de conexão direta entre pequenas cidades, como Santa Rita do Trivelato (MT), e o mundo. Esta última, com apenas 1.600 habitantes, exportou, em 2007, mais de US\$ 10 milhões em grãos, devido à presença dos escritórios das empresas Bunge e Agrengo.

A presença de uma maior densidade técnica, sobretudo de redes de comunicação, permite a algumas cidades desempenhar um papel de controle da produção. O caso da cidade de São Paulo é emblemático, apesar de não ser produtora, exporta quatro vezes mais do que a quantidade de grãos produzidos pelo município de Sorriso (MT), maior produtor nacional. Rondonópolis (MT) aparece como o segundo maior exportador e como o 87º produtor de grãos da fronteira agrícola moderna, exportando uma quantidade 20 vezes maior do que a quantidade produzida. De outro lado, aparece Sorriso (MT) que exporta menos de 1/3 de sua produção e Sapezal (MT) cuja participação é ainda menor. A cidade exportou apenas 84 mil toneladas, em 2007, para uma produção de 1,46 milhão de toneladas. As disparidades entre exportação e quantidade produzida permitem averiguar os pontos de controle da produção nacional, representados pelas cidades que possuem uma maior divisão do trabalho, fruto da capacidade de se conectar com outros pontos do território e do mundo.

Dinâmica populacional e mercado de trabalho agropecuário

O segundo eixo proposto por Elias (2007) para identificarmos e caracterizarmos as cidades do agronegócio relaciona-se ao mercado de trabalho agropecuário e à dinâmica populacional. Neste eixo selecionamos alguns eventos distintivos e presentes numa grande quantidade de municípios

da fronteira agrícola moderna, como o aumento da taxa de urbanização, o crescimento geométrico da população, as migrações descendentes e ascendentes (SANTOS, 1996b) e a taxa de ocupação.

Ao selecionarmos as principais cidades produtoras de grãos da fronteira agrícola moderna, notamos que existe uma relação entre modernização agrícola e aumento da urbanização. Na maioria das cidades do agronegócio, o percentual da taxa de urbanização é superior a dos seus respectivos estados.

Podemos dividir estas cidades em dois grupos, cujos municípios foram emancipados antes e depois da expansão da fronteira agrícola moderna. No primeiro grupo estão as cidades que vivenciaram uma sobreposição de divisões do trabalho de idades distintas, o que exigiu que suas formas-conteúdo fossem refuncionalizadas para atender às demandas da agricultura moderna. A localização privilegiada e a função desempenhada por essas cidades ao longo das sucessivas divisões territoriais do trabalho as tornaram importantes centros regionais, verdadeiros liames entre as regiões e o restante do território nacional, como as cidades de Dourados (MS), Rio Verde (GO), Barreiras (BA), Uberlândia (MG) e Rondonópolis (MT). Estas surgiram como pequenos vilarejos onde, durante muitas décadas, a porcentagem da população urbana era inferior a da população rural.

No segundo grupo, encontram-se as cidades que já nasceram com o predomínio da população urbana. A preponderância urbana se deve ao êxodo rural, mas também, à cultura urbana presente na maioria dos migrantes oriundos, sobretudo, do Centro-Sul. O município de Luis Eduardo Magalhães, fundado em 2000, possui 91,49% de população urbana; Lucas do Rio Verde (MT), emancipado em 1988, tem uma taxa de urbanização de 91,13%. Estas características se repetem em outros municípios, que também se emanciparam durante e devido à expansão da fronteira agrícola, como Sorriso (MT), Primavera do Leste (MT), Sapezal (MT), Campos de Júlio (MT) e Campo Verde (MT).

Outra característica marcante das cidades funcionais ao campo moderno é a elevada taxa geométrica de crescimento da população. A taxa

anual de crescimento do estado de Mato Grosso foi de 2,36%, entre os anos de 2000 e 2004, sendo que Cuiabá e Rondonópolis, duas importantes cidades do estado, do ponto de vista político, demográfico e econômico, ficaram abaixo da média estadual, com crescimento de 2,19% e 2,07%, respectivamente. Enquanto isso, nas “cidades do agronegócio”, surgidas durante a expansão da fronteira agrícola moderna, a taxa anual de incremento populacional superou os 7%, como é o caso de Sapezal (MT), Campo Novo dos Parecis (MT), Sorriso (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Campo Verde (MT), Campos de Júlio (MT), Primavera do Leste (MT) e Santa Rita do Trivelato (MT).

Nas cidades do agronegócio, o número de pessoas ocupadas nas diferentes profissões ligadas ao campo moderno se distribui de forma piramidal. Na base concentram-se as ocupações ligadas às atividades com menor conteúdo em informação, como os trabalhadores agrícolas e pecuários e os trabalhadores artesanais das agroindústrias. Um pouco acima da base da pirâmide, mas ainda bastante numerosos, encontram-se os técnicos – agrícolas, mecânicos e de transporte. Menos numerosos que os anteriores e próximos do topo da pirâmide encontram-se profissionais com maior qualificação, como agrônomos, engenheiros (agrossilvipecuários) e gerentes de produção e administrativos, em empresas agropecuárias e financeiras. No topo da pirâmide encontram-se os profissionais ligados à produção da informação, no caso os “pesquisadores das ciências da agricultura”. Este último, dentre as principais cidades do agronegócio da fronteira agrícola, está presente apenas em Rondonópolis (MT), devido à presença da Fundação Mato Grosso, empresa de pesquisa pertencente ao grupo Maggi (sócio majoritário). As demais cidades possuem no máximo dois pesquisadores, relacionados, na sua maioria, a área biológica e química.

Outro dado interessante é a presença de 217 técnicos agrícolas e 36 agrônomos na pequena cidade de São Desidério (BA), de apenas 25 mil habitantes (IBGE, 2007). A grande presença desses profissionais também se repete em outras cidades de grande produção de grãos, como Campos de Júlio (MT), Sapezal (MT) e Campo Verde (MT), com sete, seis e quatro técnicos agrícolas para cada mil habitantes, respectivamente.

As cidades que congregam uma maior divisão técnica do trabalho e que conseqüentemente exercem certa centralidade regional destacam-se pela presença de profissionais ligados aos nexos administrativo, financeiro e logístico da produção. As cidades de Rondonópolis (MT), Rio Verde (GO) e Dourados (MS) concentram grande número de profissionais relacionados à gerência administrativa e financeira, assim como técnicos em logística de transporte. A existência desses profissionais se deve à presença de bancos, corretoras e agroindústrias. Estas últimas elevam também o número de “trabalhadores artesanais na agroindústria e indústria de alimentos”, que chega a 6.372 empregados em Rio Verde (GO) e 1.799 em Dourados (MS).

Outro dado interessante é o número significativo de “pilotos de aviação aérea e mecânicos de vôo” em quase todas as cidades do agronegócio. A presença desses profissionais decorre do uso da aviação agrícola para a aplicação de defensivos nas lavouras e também dos constantes deslocamentos de produtores e profissionais ligados ao campo para as capitais estaduais e a metrópole de São Paulo.

A elevada mecanização da agricultura moderna também exige a presença de profissionais ligados à pilotagem, regulação e manutenção de máquinas agrícolas. O número de “mecânicos de manutenção de máquinas pesadas e equipamentos agrícolas” é de 96 profissionais em Sapezal (MT) e de 56 em Luis Eduardo Magalhães (BA). Em muitas cidades do agronegócio, o número de “trabalhadores na mecanização agropecuária” é superior à quantidade de “trabalhadores agrícolas”, como em Balsas (MA), Campo Verde (MT), Catalão (GO), Chapadão do Céu (GO), Nova Mutum (MT), Primavera do Leste (MT), Rondonópolis (MT) e Sapezal (MT), o que demonstra a mecanização intensiva da produção.

O uso intensivo de máquinas reduz a necessidade de empregar grandes quantidades de profissionais. Bernardes (2006, p.59), ao analisar os dez maiores municípios produtores de soja de Mato Grosso, mostra que o número de trabalhadores formais ligados à agricultura é extremamente pequeno, principalmente quando comparado ao número de hectares cultivados nesses municípios. Segundo a autora, nas cidades analisadas, a média foi de

468 hectares por trabalhador, chegando a 1.148 hectares por trabalhador no município de Campos de Júlio (MT). Somado à questão do número reduzido de trabalhadores formais, existe também, como demonstra Bernardes (2006), problemas relacionados à grande desigualdade salarial entre os poucos trabalhadores bem remunerados, que ocupam cargos mais especializados, e a grande maioria, que se encontra na base da pirâmide, e que ganham baixos salários, muitas vezes inferiores a um salário mínimo.

Desigualdades sócio-espaciais nas cidades do agronegócio

A possibilidade oferecida pelo período coevo da implantação em ritmo acelerado de eventos faz com que as cidades do agronegócio da fronteira agrícola moderna vivenciem de maneira mais rápida e acentuada as desigualdades e mazelas inerentes aos grandes centros urbanos brasileiros. Elas passam a ser caracterizadas pelo movimento e pela desigualdade (FREDERICO, 2010). Fluxos de toda ordem perpassam seus territórios, desde aqueles promovidos e controlados pelas grandes empresas, como fluxos de mercadorias, dinheiro, informação e profissionais qualificados, até a imigração de trabalhadores não qualificados atraídos pelos signos da modernidade. Ao receber e emitir fluxos, as cidades do agronegócio passam a ser um mosaico de interações, devido ao estabelecimento de uma nova divisão social, técnica e territorial do trabalho.

Nas cidades do agronegócio convivem dois tipos de migrantes: os que possuem condições de consumo e cuja infraestrutura urbana é feita para seu usufruto; e os excluídos do consumo moderno, migrantes expulsos do campo pela modernização agrícola ou provenientes das áreas mais pobres do território brasileiro, que se alojam nas áreas periféricas e aumentam o número de desempregados, subempregados e trabalhadores informais.

A “riqueza” produzida pelo campo moderno eleva os índices sociais médios das cidades do agronegócio, mas mascara a amplitude do desvio padrão. Ao atrair profissionais qualificados e grandes produtores agrícolas, o IDH das cidades do agronegócio torna-se relativamente elevado, quando comparado aos índices das demais cidades de seus respectivos estados. É

como se os novos residentes trouxessem consigo os índices relacionados à sua longevidade, escolaridade e renda. Esta última é a mais significativa, pois ao analisarmos o PIB *per capita* das cidades do agronegócio do estado de Mato Grosso, observamos que possuem índices muito acima das médias nacional e estadual. Enquanto estas foram pouco superiores a US\$ 9 mil, no ano de 2004, em Santa Rita do Trivelato (MT) foi de US\$ 100 mil, um dos maiores PIB *per capita* do país. Em outras cidades importantes do agronegócio, como Sapezal (MT) e Sorriso (MT), os valores também foram relativamente altos, US\$ 60 mil e US\$ 25 mil, respectivamente.

Contudo, o PIB *per capita* é decorrente da associação entre a grande riqueza gerada pelo campo e a pequena população residente no município, escondendo, assim, as desigualdades inerentes aos processos de modernização. Durante a década de 1990, período de maior desenvolvimento e expansão da agricultura no estado de Mato Grosso, o índice de Gini passou de 0,598 para 0,630, o que demonstra o aumento da concentração da renda. No ano de 2000, os 10% mais ricos do estado detinham 52,95% da renda, contra 7,87% da renda apropriada pelos 40% mais pobres (Seplan-MT, 2005).

Por exemplo, a cidade do agronegócio de Diamantino (MT) possui um PIB *per capita* de aproximadamente US\$ 25 mil, o que contrasta com a sua taxa de desemprego de 17%, para uma PEA de apenas 8 mil trabalhadores. Dentre a população ocupada no município, 50% ganha menos de dois salários mínimos, valor bem abaixo da média anual do PIB *per capita* anteriormente mencionada (Seplan-MT, 2005).

O êxodo rural acelera o crescimento das cidades e, conseqüentemente, aumenta a desigualdade de acesso às infraestruturas urbanas. Um dos sintomas do crescimento e da desigualdade de acesso vivenciada pelas cidades do agronegócio é a falta de moradias e a precariedade das condições de habitação. Este fato decorre da rápida ampliação das áreas periféricas dessas cidades pelos excluídos da possibilidade de consumo. A cidade “planejada” de Sapezal (MT), segunda maior produtora nacional de soja, com um PIB *per capita* entre os trinta maiores do país e apenas 8.200 habitantes, possuía, no ano de 2000, um

déficit habitacional superior a 600 unidades, o que corresponde cerca de 25% da população, com 30% dos domicílios sem abastecimento de água (Seplan-MT, 2005). O elevado déficit habitacional e o grande número de residências sem abastecimento de água, concentradas nas áreas mais pobres, são recorrentes nas demais cidades do agronegócio, como demonstra a tabela 1.

Tabela 1 – Riqueza e pobreza nas cidades do agronegócio, 2005

Dez maiores mun. produtores de grãos - MT	PIB per capita	Pop. (2000)	taxa geom. crescimento (2000/04)	Déficit habitacional	Domicílio sem abastecimento de água
Sorriso	24.868	36.918	6,63	21%	25%
Sapezal	58.517	8.285	9,21	39%	30%
Nova Mutum	32.565	15.349	6,89	32%	27,5%
C. Novo do Parecis	27.214	18.419	7,82	21%	16%
Lucas do Rio Verde	18.800	20.133	7,5	23%	22%
Primavera do Leste	13.661	41.625	7,83	17%	55%
Diamantino	23.894	18.747	SD	20%	34%
Campo Verde	27.523	17.948	7,49	SD	25%
Tapurah	30.722	11.835	SD	25%	39%
Campos de Júlio	77.686	3.015	7,85	SD	36%

Fonte – IBGE, 2000 e Seplan-MT, 2005.
Elaboração própria

A tabela 1 mostra a contradição presente nos dez maiores municípios produtores de grãos do estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo em que possuem um elevado PIB *per capita*, apresentam também um grande déficit habitacional e de domicílios abastecidos com água tratada. O município de Sorriso (MT) - maior PIB agropecuário do país, com uma produção de grãos superior a dois milhões de toneladas (IBGE, 2007) -, é um exemplo da desigualdade produzida pela disseminação do campo moderno. O município possui uma taxa de 10% de desempregados e, entre os ocupados, 41% recebem menos de dois salários mínimos, apesar do PIB *per capita* anual ser

de aproximadamente US\$ 25 mil. A cidade possuía, em 2000, um déficit habitacional de 21% e uma parcela de domicílios não abastecidos por água de 25%.

Se levarmos em consideração Mato Grosso como um todo, verificamos que durante a década de 1990, período de maior desenvolvimento e expansão da agricultura no estado, o índice de Gini passou de 0,598 para 0,630, o que demonstra o aumento da concentração da renda. No ano de 2000, os 10% mais ricos do estado detinham 52,95% da renda, contra 7,87% da renda apropriada pelos 40% mais pobres (Seplan-MT, 2005).

Considerações finais

Em suma, mais do que nos atermos estritamente aos dados, o objetivo foi demonstrar como os eventos geradores de desigualdade ao se materializarem em conjunto no território acabam por constituir uma nova situação geográfica (SANTOS, 1996a; SILVEIRA 1999). Nas cidades do agronegócio, essa situação pode ser descrita pelos usos corporativos, estabelecidos no território pelas grandes empresas e que transformam as cidades em prestadoras de serviços produtivos e familiares. O acúmulo de serviços transforma as cidades do agronegócio em verdadeiros lócus da relação local-global, que passam a receber diversos tipos de migrantes, concentrando a população e também investimentos para a reorganização do território. O resultado é o uso cada vez mais seletivo do território, acompanhado de uma geração de riqueza cada vez mais concentrada, assim como da pobreza cada vez mais difundida, gerando um espaço corporativo e fragmentado.

Referências bibliográficas

AB'SÁBER, A. **Os domínios de natureza no Brasil**. Potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 159 p., 2003.

BERNARDES, Júlia Adão. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR-163 matogrossense. In: BERNARDES, J.A. & FREIRE FILHO, O.L. (Orgs). **Geografias da soja**: BR-163 fronteiras em mutação. Rio de Janeiro: Edições Arquimedes, 2006.

_____. O novo tempo do capital no cerrado: a criação de novos territórios produtivos. In: BERNARDES, J.A.; ARACRI, L.A. dos S. **Espaços e circuitos produtivos**. A cadeia carne/grãos no cerrado mato-grossense. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

ELIAS, Denise. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREDERICO, Samuel. **O novo tempo do cerrado**: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Annablume, 2010.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial**: do complexo à organização em rede. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

SANTOS, Milton. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A. & SANTOS, M. (orgs.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. **A urbanização brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996b.

_____. **Espaço e método**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro; São Paulo: Ed. Record, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. Uma situação geográfica: do método à metodologia. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 6, p. 21-28, 1999.

Recebido em: 28/02/2011.

Aceito para publicação em: 30/06/2011.